

Ruy mostrou ao Brasil necessidade da democracia

Senador completaria 170 anos amanhã. Documentos do Arquivo do Senado mostram que ele foi pioneiro ao mostrar aos brasileiros que os abusos dos governantes não devem ser tolerados

Ricardo Westin

SEMPRE QUE RUY Barbosa pedia a palavra, os senadores já esperavam um discurso longo e inflamado. Foi exatamente assim numa sessão em 1911. Antes de iniciar a fala, enquanto ainda se ajeitava na tribuna, o senador da Bahia deve ter ouvido um adversário suspirando de tédio só para provocá-lo. Ruy não deixou barato.

— Senhores, estamos em uma época em que passa como irritante o fiel cumprimento dos mais sagrados e imperiosos deveres da honra política pelos representantes do povo — reagiu ele, abrindo um furioso discurso, que se estenderia por quatro horas, contra os desmandos do presidente Hermes da Fonseca.

O nascimento de Ruy, um dos personagens mais marcantes da história nacional, completa 170 anos amanhã. Foi ele que, com sua oratória arrebatadora, ensinou os brasileiros a exigir democracia e moralidade na política.

Na época de Ruy Barbosa, entre as últimas décadas do Império e as primeiras da República, os rumos do Brasil eram ditados pelos caciques políticos conforme seus interesses particulares. Embora o voto existisse, o povo não apitava nada e achava isso normal. Da tribuna do Palácio Conde dos Arcos, a primeira sede do Senado, no Rio, Ruy tentava convencer a sociedade de que essa democracia de fachada era inaceitável.

O Arquivo do Senado, em Brasília, guarda todos os discursos que Ruy pronunciou como senador, incluindo suas “aulas” de política. Até então, nenhum parlamentar havia tido a ousadia de botar o dedo na cara dos poderosos.

Em 1893, ele explicou que o governo, ainda que respaldado pela maioria, jamais teria o direito de esmagar a

minoridade. Era o momento em que o marechal Floriano Peixoto, numa quase ditadura, perseguia seus adversários.

— Aprecio o valor das maiorias. Conheço-lhes a significação nas democracias modernas. Curvo-me à sua autoridade constitucional. As maiorias são a força. As maiorias são a autoridade. As maiorias são a lei. Mas, em assunto político, as maiorias não são, muitas vezes, mais do que a paixão e a injustiça. Não confere a nenhum sistema de governo o direito despótico e absoluto das maiorias. Reduzida a uma minoria, reduzida mesmo a uma unidade, uma opinião pode valer mais do que os decretos ditatoriais das maiorias.

Filhotismo

Ruy gritou contra a naturalidade com que os presidentes da República praticavam o nepotismo (“tão em voga na situação atual, essa política de filhos, sobrinhos, genros e afilhados”) e escolhiam ministros apenas por conveniência política (“por não entender do riscado, o novo ministro dos Negócios Interiores entrou como um vândalo no ensino brasileiro; destruíram-se o ensino secundário e o ensino superior, para se reerguerem já agora não sei quando”).

De seus 55 anos de vida pública, Ruy Barbosa passou 32 no Senado. Teve cinco mandatos. Inaugurou o Senado da República, em 1891, e só o deixou em 1923, quando morreu, aos 72 anos de idade. No Império, havia sido deputado.

Ruy foi esse professor político não apenas no Parlamento. Para denunciar e tentar reverter os abusos dos governantes, ele também fez uso sistemático dos tribunais, como advogado, e da imprensa, como jornalista.

O estado de sítio foi frequente na Primeira República, permitindo que os

presidentes prendessem adversários livremente e censurassem os jornais de oposição. Perseguido, o próprio Ruy Barbosa precisou se exilar na Argentina e na Europa e teve seu *Jornal do Brasil* proibido de circular. Em 1914, fez um pronunciamento a favor da liberdade de imprensa:

— Como do ar atmosférico dependem os pulmões, da imprensa depende todo este sistema de freios e contrapesos, de ações e reações, de poderes distribuídos, limitados e fiscalizados em que consiste a existência de uma democracia liberal. Não há publicidade onde a publicidade não é livre, da mesma forma que o ar que se confinou já não é ar, é carbono, é tóxico, é filtro de contaminações, desnute, envenena, mata. A imprensa tutelada, a imprensa policiada, a imprensa maculada pela censura deixou de ser imprensa, porque deixou de ser válvula da verdade e transformou-se em encobridor, para ocultar do povo os atos capitais do governo.

Defensor intransigente das leis, Ruy Barbosa se contrapôs à pena de morte e também à garantia dos direitos humanos apenas a uma parcela da população. Em 1911, ele denunciou no Plenário a ilegalidade do fuzilamento sumário de marinheiros envolvidos na Revolta da Chibata:

— É indiscutivelmente sagrada a vida do homem, tão sagrada no miserável, tão sagrada na messalina, tão sagrada no assassino, tão sagrada no parricida como no mais santo dos homens, como no mais venerando senador da República. Pois então essa coisa chamada vida humana, sobre a qual a Constituição estende o pálio da mais sacrossanta das suas declarações, não vale mais do que a vontade instantânea de um ou dois tenentes?

O senador não admitia que militares aspirassem à Presidência da República. Em 1909, ele próprio se lançou candidato presidencial só para tentar impedir a vitória do marechal Hermes da Fonseca, o escolhido da elite política. Segundo Ruy, um militar no poder inevitavelmente levaria o país à ditadura, tal como havia feito Floriano.



Ruy Barbosa em sua biblioteca particular: político, jornalista e advogado

— As nações, senhores, não armam os seus Exércitos para serem escravizadas por eles. As nações não fazem os seus marechais para que eles venham a ser na paz os caudilhos de facções ambiciosas — afirmou.

Contraopondo-se à candidatura militar, Ruy Barbosa batizou seu projeto presidencial de Campanha Civilista. Foi a primeira vez que a sociedade viu um candidato falar ao povo, viajando pelo país, apresentando sua plataforma política em comícios e fazendo corpo a corpo com eleitores. Antes os candidatos nem saíam de casa, já que as fraudes eleitorais características da Primeira República assegurariam o resultado desejado pela elite.

Em 1919, ele repetiu a fórmula da Campanha Civilista. A novidade dessa vez foi a inclusão de direitos trabalhistas na sua plataforma de governo. Perdeu para Epitácio Pessoa, o candidato oficial, que havia passado todo o período eleitoral na França.

Embora derrotado nas duas ocasiões, Ruy conseguiu forjar nos brasileiros um embrião de consciência político-eleitoral até então inexistente.

Carabina e espada

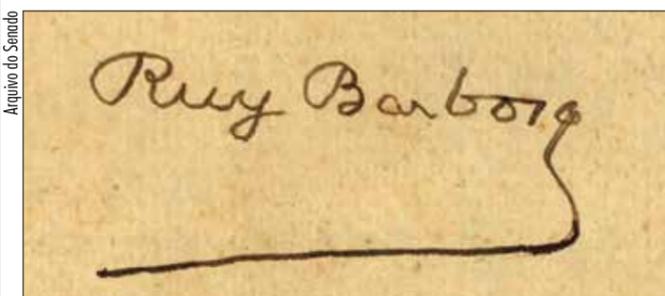
Para Ruy Barbosa, o Supremo Tribunal Federal merecia cuidado e proteção, por ser a única instituição capaz de se contrapor aos interesses políticos do presidente e do Congresso. Ele, como senador constituinte em 1891, foi decisivo para que o STF ganhasse a incumbência, válida até hoje, de atuar como guardião da Constituição.

— O Supremo Tribunal

Federal é essa instituição criada sobretudo para servir de dique, de barreira e de freio às maiorias parlamentares, para conter as expansões do espírito do partido. É essa força que diz: “Até aqui permite a Constituição que vás; daqui não permite a Constituição que passes”. Eis para que se criou o Supremo Tribunal, que não tem empregos para dar, não tem tesouros para comprar dedicações, não tem soldados para invadir estados, não tem meios de firmar a sua autoridade senão no acerto das suas sentenças — discursou em 1915.

Entre 1868 e 1923, não houve episódio importante da história do Brasil que não tenha contato com a participação de Ruy Barbosa. Atuou no movimento abolicionista. Aderiu à conspiração que derubou dom Pedro II. Ministro, queimou todos os registros de escravos, para acabar com a pressão dos fazendeiros por indenização. Definiu os contornos da Constituição de 1891. Deu projeção mundial ao Brasil, ao peitar os EUA e outras potências na Convenção de Paz de Haia e defender que os países fracos não deveriam ocupar posição subalterna nos tribunais internacionais. Foi decisivo para que o país, atacado pela Alemanha, entrasse na Primeira Guerra Mundial.

— Peço ao Senado que não se assuste com estes papéis — disse em 1911, apontando para o calhamaço diante de si. — Não podia trazer nem uma carabina, nem uma espada. Trago apenas um volume das nossas leis. Infelizmente bem fracas nestes tempos, têm sido sempre a minha única arma.



Assinatura de Ruy Barbosa em documento guardado no Arquivo do Senado